

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 08/11/2022

No oitavo dia do mês de novembro de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de novembro de 2022, presencial e *on-line*, realizada na plataforma Conferência da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representante Titular Governamental:** Coordenadora Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEJUDH); Delegado Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP/PC); Delvana Lucia de Oliveira (SEED/DEDIDH; Patrícia Cavichiolo Tortato (SEJUF/DAS/DPSE). **Representante Titular Sociedade Civil:** Francieli Ramos Padilha (Casa da Acolhida Ponta Grossa); Júlia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR); Leonildo Monteiro (MNPR). **Representante Suplente Sociedade Civil:** João Victor da Silva (CRP PR); **Convidados Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** Angélica Rein (SEJUF/DEJUDH); Giovanna Kucaniz (CAOPJDH); Izabel Maria Gouveia Benvenuti (COHAPAR); Matheus Mafra (DPPR/NUCIDH); Taisa da Motta Oliveira (NUCIDH); Sandra Cristina Hey Paizani (DPM/SEJUF); Walquiria Onete Gomes (DPM/SEJUF). **01. Abertura:** Às nove horas a coordenadora Dulce iniciou a reunião utilizando dos dez minutos regimentais, aguardando assim o quórum para o início. Depois do decorrido prazo a reunião iniciou-se às 09h10mts dentro do período regimental. Os participantes presentes e online estão com seus nomes assentados acima. Justificando a ausência Rosane Souza Freitas (SESA/DAV) conflito de agendas; Nazaré de Campos Stihaenco (Ação Social Diocesana Bom Samaritano Procopense) que estava adoentada e seu suplente em viagem. O Leonildo Monteiro (MNPR) entrou, mas esteve com dificuldades com a transmissão, não conseguindo participar. **02. Aprovação da Pauta:** Dulce saúda a todos, glorificando a Deus por mais uma reunião e segue para a aprovação de Pauta com os seguintes pontos: *01. Abertura; 02. Aprovação da Pauta; 03. Duas Memórias para conhecimento: - Memória da reunião ordinária do mês de Outubro de 2022 do CIAMPRua/PR e - Memória da Reunião Extraordinária de 18 de Outubro de 2022, ambas para aprovação; 04. Apresentação do Relatório da Comissão do Plano Estadual - Nazaré; 05. Apresentação sobre o Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM; 06. Atualização sobre a Eleição CIAMP 2022; 07. Informes SEJUF; 08. Informes de Membros e gerais; 09. Encerramento.* Dulce explica a pauta aos presentes, todos de acordo, pauta **aprovada**. **03. Duas Memórias para conhecimento: - Memória da reunião ordinária do mês de Outubro de 2022 do CIAMPRua/PR e - Memória da Reunião Extraordinária de 18 de Outubro de 2022, ambas para aprovação:** Dulce espelha a Memória da Reunião Ordinária do Mês de Outubro de 2022 em tela, corrigindo o sobrenome da Patrícia, realizando alteração no comentário da alínea 279 e 280; foi inserindo o nome da Delvana, que estava presente nesta reunião, porém seu nome não estava mencionado. As demais informações de acordo, memória **aprovada**. Dulce retira essa memória e espelha a Memória da Reunião Extraordinária do Mês de Outubro de 2022 e coloca ao pleno se há alterações a serem feitas, sem alterações, colocada em aprovação, através do silêncio, memória considerada **aprovada**. Indo ao próximo ponto de pauta, **04. Apresentação do Relatório da Comissão do Plano Estadual – Nazaré:** conforme justificado acima, Nazaré não estava bem de saúde e não pôde comparecer nesta reunião e Dulce pede licença ao pleno para apresentar essa relatoria. Todos de acordo, Dulce inicia a leitura, fazendo algumas alterações no texto, conforme segue corrigido e em *itálico*: *“Relatoria da 24ª reunião da CT do Plano Estadual Decenal para a PSR e 13ª de 2022, realizada dia 26 de setembro das 14:00h às 16:00h, continuidade do eixo Moradia, Habitação e Desenvolvimento Urbano. Estiveram presentes: Dulce Maria Darolt SEJUF/DEJUDH, Patrícia Cavichiolo Tortato SEJUF/DAS/DPSE; João Vitor da Silva CRP/PR; Angélica Rein SEJUF/DEJUDH; Nazaré de Campos Stihaienco, Bom Samaritano de Cornélio Procópio/ PR; Taisa da Mota Oliveira, NUCIDH/DP/PR Naira Vasconcelos Assessora Jurídica MP/PR; Julia Mezarobba Caetano Ferreira, CRP/PR; Matheus Mafra, NUCIDH/DP/PR; Delegado Claudio Marques Rolin Silva, SESP/PR; Emanuelly Alves; Estagiaria do Serviço Social DP/PR; Neuzeli Aparecida de Souza SEJUF/DEJUDH e Izabel Maria Gouveia Benvenuti, Rodrigo Baltar Auffinger, Luís Mariotto, os três representando a COHAPAR. A reunião foi iniciada por Patrícia Tortato, que se apresentou e informou que a coordenadora teve que resolver de última hora um*



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

5

49 *problema no setor de trabalho. Solicitou a Sra. Nazaré para fazer a relatoria da última reunião. Após o*
 50 *relato e aprovação a coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt que já havia chegado deu sequência a reunião*
 51 *dando as boas-vindas a todos e pediu para que cada um se apresentasse. A título de otimização do tempo*
 52 *das reuniões, Izabel sugeriu que a relatoria fosse encaminhada para os membros da comissão via e-mail,*
 53 *para que fosse avaliada antes da próxima reunião. Foi aprovado que, se o relato ficar pronto sete dias antes*
 54 *será enviado para todos para análise, correções e alterações e será colocado em aprovação na pauta na*
 55 *próxima reunião. Caso contrário será comunicado que não foi possível. Na sequência conforme o*
 56 *combinado na última reunião, os representantes da COHAPAR fizeram a apresentação dos programas*
 57 *existentes na companhia. Rodrigo compartilhou uma tela direto do site da empresa onde contém os possíveis*
 58 *programas para inserir a PSR. Explicou que as ferramentas de acesso são através do site. Que toda a*
 59 *política de habitação desenvolvida pela COHAPAR está dentro do programa Casa Fácil, que é um grande*
 60 *guarda-chuva das políticas habitacionais, onde tem diferentes modalidades de acordo com o perfil do*
 61 *público. As quais são: Concessão de Moradia, Subvenção Financeira e as ações de Regularização*
 62 *Fundiária. Falou das modalidades e como cada uma pode se articular conforme o perfil de população.*
 63 *Modalidade de Financiamento. São conjuntos habitacionais desenvolvidos integralmente pela COHAPAR, e*
 64 *o financiamento também é direto com a COHAPAR. Explicou as formas de exigências para o financiamento*
 65 *e que a companhia consegue comercializar por valor abaixo do mercado por causa de alguns custos que a*
 66 *companhia não tem, mas mesmo assim é uma modalidade bastante custosa para a COHAPAR. Que o foco*
 67 *de atuação da empresa é mais no interior do estado, em municípios de pequeno porte e onde tem COHABs*
 68 *municipais, não acham adequado concorrer. Falou da regulamentação para esta modalidade e sobre os*
 69 *critérios de seleção são utilizados para classificar e hierarquizar por ordem de prioridade. Que esses*
 70 *critérios irão se repetir com algumas pequenas mudanças nas demais modalidades. O que muda é o*
 71 *enquadramento que são requisitos mínimos, que se a família não corresponder não tem como ser atendida.*
 72 *Explicou sobre o programa Vida Nova. São conjuntos habitacionais construídos pela COHAPAR e são cem*
 73 *por cento subsidiados. Por esta razão é destinado ao público mais vulnerável, são famílias que não*
 74 *conseguem acessar nenhuma outra solução de mercado. Que a classificação irá respeitar seis critérios:*
 75 *Famílias em área de risco ou insalubre ou que tenha sido desabrigada, comprovada por declaração do ente*
 76 *público. Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Famílias que tenham pessoas com*
 77 *deficiência. Famílias beneficiárias com algum benefício de transferência de renda. Famílias com*
 78 *dependentes menores abaixo de dezoito anos e famílias com ônus acessível de aluguel. As famílias pontuam*
 79 *de zero a seis pontos, cada critério que ela preenche ela tem um ponto e após a soma é feita a classificação*
 80 *e é usado a idade como critério de desempate. Para todos os programas habitacionais é respeitado as cotas*
 81 *previstas em legislação federal e estadual, três por cento para idoso, vinte por cento para mulher chefe de*
 82 *família, cinco por cento para famílias com deficientes e quatro por cento para mulheres protegidas pela lei*
 83 *Maria da Penha. O representante da COHAPAR informou que este programa tem maior condição de acesso*
 84 *para o público em situação de rua e que dentro dos critérios acima mencionados a PSR se enquadra no*
 85 *primeiro. Famílias em área de risco ou insalubre ou que tenha sido desabrigada. Fez um breve resumo das*
 86 *modalidades, valor de entrada, que é um programa de subvenção, e Viver Mais que é para idosos, que este*
 87 *último, não se trata de aquisição de moradia, é um aluguel social no valor de quinze por cento do salário*
 88 *mínimo. Descreveu sobre a estrutura e como a rede de proteção atua com o público deste tipo de conjunto*
 89 *que é um espaço no formato de condomínio. As exigências são a capacidade de pagamento e são menos*
 90 *rígidas do que na modalidade de financiamento, justamente por ser um aluguel. Os critérios de seleção são*
 91 *parecidos com o programa descrito anteriormente. O que muda é o enquadramento, que precisa ser*
 92 *população idosa. Sobre a renda disse que recentemente foram reformuladas as diretrizes do programa para*
 93 *torná-lo mais abrangente e acessível, porque a renda exigida era um pouco maior e não estava atingindo os*
 94 *idosos com maiores necessidades e vulnerabilidades identificadas pela assistência social. Que as novas*
 95 *informações ainda não foram atualizadas no site. Sobre os critérios de hierarquização são semelhantes aos*
 96 *descritos anteriormente. Apenas substituiu o critério que fala de dependentes menores, para famílias que*
 97 *tem idosos que coabitam, devido ser o conjunto exclusivo para pessoas idosas. Vai pontuar o idoso que*
 98 *mora involuntariamente com outra família. O programa Viver Mais Paraná segue mais ou menos da mesma*

99 *forma, tem critério de área de risco, insalubres ou desabrigados. O Morar Legal e o Escrituração Direta*
100 *são programas de regularização fundiária, para famílias que tem o imóvel, mas não está regularizado, são*
101 *programas que fazem a regularização subsidiada ou de forma gratuita. A Escrituração Direta é conjunto da*
102 *COHAPAR mais antigo que as famílias não regularizaram. E o Morar Legal são conjuntos que não são da*
103 *COHAPAR. Estão em áreas de ocupações irregulares dentro dos municípios, que está tudo certo dentro dos*
104 *critérios urbanísticos, mas que falta a documentação e é possível regularizar. Explicou sobre a categoria de*
105 *desfavelamento ou demanda fechada como é chamado, onde famílias residem em áreas de ocupação urbana*
106 *com restrições legais, áreas de risco e construções de forma desordenada, não podendo ser regularizada. A*
107 *Ação é o reassentamento involuntário, diminuindo o adensamento buscando uma melhor qualidade de vida.*
108 *A sub modalidade, Vulnerabilidade Social, também é cem por cento subsidiadas, mas é demanda aberta,*
109 *diferente do desfavelamento que tem um critério físico geográfico determinado. É aberta à população*
110 *cadastrada do município. A renda não pode ser superior a três salários mínimos, não exige renda mínima,*
111 *nem nome limpo, nem capacidade de pagamento. A classificação das famílias é da mesma forma dos demais*
112 *programas, utilizando os seus pontos acima citados. A prioridade é o desfavelamento porque impacta em*
113 *dois pontos. Reduzir o déficit habitacional e resolver um problema urbano. Rodrigo fez um breve relato*
114 *sobre o trabalho social da rede de proteção que é feito junto as famílias antes, durante e pós-obra, com o*
115 *objetivo de não ficar só a casa pela casa, que no pós-intervenção o foco é trabalhar para que haja geração*
116 *de renda. Falou que a porta de entrada para o acesso será sempre o cadastro no site da COHAPAR, que são*
117 *duas modalidades. Uma é o auto preenchimento, a outra é através do credenciamento de técnicos nos*
118 *municípios para fazer o preenchimento assistido. A maior parte dos municípios oferece este serviço dentro*
119 *dos CRAS. Facilita porque a maior parte das pessoas que usam os serviços da assistência social são*
120 *também aquelas que estão com maior déficit habitacional. E também porque nem todos têm acesso à*
121 *internet e nem têm condições de realizar sozinho este procedimento. Dulce perguntou se a COHAPAR*
122 *credencia pessoas para o cadastramento apenas onde a companhia entra, ou em todos os municípios?*
123 *Rodrigo respondeu que o preenchimento assistido é aberto a todos os municípios. Que eles não precisam*
124 *estar desenvolvendo nenhum programa com a COHAPAR, ter algum empreendimento como premissa,*
125 *porque este cadastro serve justamente para mapear onde está a demanda de habitação no estado. Ele é a*
126 *porta de dados, mas também é a fonte de dados. Credencia qualquer município que tem interesse. Que quase*
127 *em todos os municípios a COHAPAR tem um técnico credenciado. E que o fato de não ter o credenciamento*
128 *não impede a orientação do preenchimento. Dulce perguntou se o programa Vida Nova está inserido*
129 *também nas COHABs municipais? Rodrigo disse que é um programa estadual, então as COHABs podem ter*
130 *seus próprios programas municipal ou federal. Informou que faz parte do plano estadual ter um cadastro*
131 *único para a habitação de interesse social. E a maioria dos municípios usam como instrumento de*
132 *mapeamento de demanda de habitação o cadastro da COHAPAR. Inclusive algumas COHABs, com exceção*
133 *de Curitiba. Alguns usam os próprios e também o da COHAPAR. Sobre a base cadastral disse que tem*
134 *poucas famílias cadastradas, se for comparar com a área da assistência social, constata-se que a PSR não*
135 *está chegando ao cadastro da COHAPAR. Se não conseguir mapear não conseguirá chegar nelas. Que o*
136 *gargalo não é a falta de olhar para o público em discussão e sim o mapeamento. Sugeriu que talvez*
137 *poderíamos fazer divulgação desse instrumento de acesso, não só junto aos serviços da assistência social,*
138 *mas em outras secretarias municipais e movimentos sociais para ampliar o acesso a moradia, bem como no*
139 *levantamento de outros dados que possa vir a compor e incrementar o programa. Dulce perguntou se a*
140 *COHAPAR poderia fazer uma força tarefa junto aos centros POP e fazer o cadastramento dos usuários que*
141 *estão utilizando os serviços do centro POP. Seria uma possibilidade de inserir pelo menos nos vinte e um*
142 *municípios que tem a contra partida do estado do Paraná para os acolhimentos. Rodrigo disse que*
143 *conseguiria divulgar a porta de acesso nos centros POP, até porque a assistência social já mapeia acessos e*
144 *direitos violados e faz os encaminhamentos, mas não tem estrutura institucional para assumir esta tarefa de*
145 *cadastramento nos centros POP. Isabel acha que a política pública de assistência social no nível estadual e*
146 *municipal é a diretamente competente para tratar dessas questões e a efetividade vai depender do município*



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10
147 implementar essa política, inclusive do cadastro da PSR. Em primeiro lugar temos que ver qual o órgão
148 estadual e municipal responsável por esta política. São os primeiros que precisam se organizar e fazer uma
149 parceria com a COHAPAR para garantir o cadastramento de PSR. Dulce lembrou mais uma vez que o
150 plano é para dez anos e que nele pode ser colocado que haverá capacitação para as pessoas que irão
151 cadastrar a PSR, dentro dos programas de moradia da COHAPAR. Se colocarem uma ação para isto, irão
152 achar o caminho certo para implementá-la. Se eles tiverem cadastrados pelo menos terão a chance um dia
153 ter o acesso a moradia. Dulce agradeceu por trazerem a possibilidade de a PSR ser inserida no programa
154 Vida Nova, dentro da aba de vulnerabilidade social. Patrícia disse que estava pensando em conversar com o
155 setor da proteção básica que trabalha com os CRAS para ver o que é possível. E que a ação de divulgação é
156 possível nos centros POP. Sugeriu que talvez os técnicos da COHAPAR pudessem construir alguma
157 orientação de como preencher o cadastro assistido. Rodrigo disse que o cadastro de habitação não está no
158 corpo do SUAS, mas quando o município demanda ele próprio indica técnicos para fazer o mapeamento e
159 tradicionalmente acaba sendo da assistência social, porque é o equipamento que mais atinge essa
160 população. Disse que poderia mandar material para os centros POP, mas quando é o gestor da política que
161 faz, é melhor. Ao discutir sobre a defasagem de mapeamento foi falado que a comunicação entre a
162 COHAPAR e assistência social precisa ser melhorada, por causa da grande invisibilidade da PSR. Rodrigo
163 disse que tem o controle de todos os locais onde é oferecido este atendimento de cadastro. Patrícia disse que
164 poderia fazer melhor divulgação para que as secretarias da assistência social e habitação tivesse maior
165 interlocução para fazer o cadastramento, usaria técnicos das duas secretarias, ou outra onde não tem a da
166 habitação. Matheus sugeriu que o CIAMP poderia encaminhar uma orientação técnica para pressionar os
167 municípios a realizar o cadastramento nos programas da COHAPAR e nos municípios onde tiver COHAB.
168 Que o ideal seria que os cadastros fossem feitos prioritariamente pela assistência social, porque querendo
169 ou não, via de regra é a porta de entrada da PSR para acessar outras políticas públicas. Acha importante
170 constar isso no plano. É algo que pode ser elaborado e que pode ser entre órgãos. Que é grave a questão de
171 o cadastramento não estar chegando na COHAPAR. Se não tivermos quanto a PSR está demandando
172 moradia, esta política nunca será desenhada. Izabel disse que durante muitos anos a COHAPAR só fazia
173 atendimento de demanda cadastrada que comprovasse residência naquele município por pelo menos dois
174 anos. Hoje não é mais exigido este requisito. E também não se exige que a pessoa se candidate no município
175 que reside atualmente. Considera que ampliou e muito o leque de atendimento as famílias interessadas. Que
176 é orientado que se faça o cadastro não só na COHAPAR, mas nas COHABS também. Que além do cadastro
177 de pretendente, que é o cadastro individual, tem um sistema chamado SISPEHIS (Sistema de Informações
178 das Necessidades Habitacionais do Paraná), que trabalha com territórios, áreas urbanas ocupadas,
179 demanda habitacional concentrada, em áreas rurais e comunidades tradicionais. O SISPEHIS faz processo
180 de cadastramento com os municípios. Tem uma pesquisa que será atualizada em 2023. É um trabalho
181 georreferenciado, a COHAB e o IPPUC, (Instituto de Pesquisa e Planejamento Cadastral) usam como base
182 de dados deles o SISPEHIS da COHAPAR e no Paraná Interativo o SISPEHIS está lá também, para
183 sobrepor informações, através de um link. Disse que existe um rol de necessidades habitacionais de formas
184 de acessar a habitação de interesse social. Disse que quis ressaltar a importância do SISPEHIS para quem
185 está trabalhando com políticas públicas, demonstrando que o sistema identifica onde tem as maiores áreas
186 de concentração de pobreza e que não se restringe só a questão de habitação. Que área de ocupação urbana
187 são áreas concentradas de pobreza e quando se atua numa área dessas com o programa Vida Nova, estará
188 dando uma resposta não só de habitação, de moradia, mas também de várias outras políticas públicas
189 integradas. Ao ser citado o Programa Nossa Gente Paraná, como opção para a PSR, Dulce disse que este
190 atende grupos em situação de vulnerabilidade social, mas não a PSR. Tendo sido finalizada a apresentação
191 pelos representantes da COHAPAR, Dulce agradece e diz que enviou para os técnicos o plano com as ações
192 já propostas e mais as que foram inseridas pela DP, com base na resolução 40 de 2020 do CNDH sobre
193 moradia, habitação e uso da cidade. Perguntou para os referidos técnicos se preferiam analisar as
194 propostas de ações enviadas, ou se queriam marcar outra reunião para analisarmos as propostas de ações
195 em conjunto. Os técnicos avaliaram que a continuação do estudo do eixo deve ser em conjunto com a CT.
196 Dulce disse que técnico que irá participar deverá saber como construir as metas, porque a CT está para

197 *ajudar a construir o plano, mas não tem conhecimento da política da COHAPAR e é ela quem irá executar*
198 *as metas. Ficou marcada a próxima reunião para o dia 13 de outubro as 09:30h. Dulce agradeceu a todos e*
199 *encerrou a reunião”. Finalizando a leitura da relatoria da Comissão do Plano Estadual, Dulce coloca para a*
200 *aprovação do pleno. Sem oposições, relatoria considerada **aprovada**. Entrando no ponto 05 de pauta, **05.***
201 **Apresentação sobre o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM:** Dulce apresenta a
202 palestrante, que se encontra presencialmente na Reunião do Comitê, explicando que a Sra. Walquíria é
203 diretora do Departamento dos Direitos da Mulher (DPM/SEJUF) e também onde está inserido o Centro de
204 Atendimento a Mulher (CRAM). O assunto foi pauta da Reunião Ordinária de Outubro de 2022,
205 mencionando essa novidade da disponibilização da Sr^a Walquíria no atendimento psicológico de mulheres
206 em situação de rua através do CRAM, sendo que o Termo de Colaboração Técnica, se encontra em
207 tramitação dentro da SEJUF e os órgão inclusos neste atendimento para que todos se posicionem quanto a
208 essa possibilidade. Na reunião de outubro foi solicitada pelos membros do CIAMP mais informações e
209 como se daria esse atendimento a mulher PSR, como que o CRAM atende, sendo a sugestão de Dulce o
210 convite para a Walquíria, onde ela compartilharia esse amplo conhecimento desses atendimentos por ser
211 psicóloga. Após anúncio, Dulce passa a fala para Walquíria, pedindo para se apresentar e deixa em aberto
212 para os membros se manifestarem após a palestra. Dr^a Walquíria cumprimenta aos presentes, se
213 apresentando: psicóloga à 35 anos, inscrita no CRP/PR Nº 0803133, professora, mestra em educação e
214 alfabetizadora dentro da área da psicologia, e, segue ela, falando da Política da Mulher, dentro do
215 Departamento da Política para as Mulheres há um braço que é o Centro de Referência de Atendimento as
216 Mulheres - CRAM. Este equipamento já têm 16 anos de funcionamento, atendendo aproximadamente 4.100
217 mulheres e estando ela na coordenação do centro até o dia 12 de maio de 2022, continuando coordenando o
218 centro e sendo diretora do Departamento da Mulher na SEJUF. O Centro de Referência é a porta de entrada
219 das mulheres em situação de violência, onde é ofertado um atendimento psicológico, social e orientação
220 jurídica. Walquíria explica que mulheres são encaminhadas pela Delegacia da Mulher, MP, universidades e
221 através da rede social que elas procuram; sendo atendidas também mulheres em situação de rua e tendo essa
222 experiência de trabalho e acompanhamento. A fragilidade psicológica de uma mulher acometida por
223 violências é grande e quando os psicólogos que trabalham dentro do Centro se colocam no lugar da pessoa
224 que está passando por violência tem a empatia e o entendimento da tentativa de ajudar e remediar a situação
225 até porque muitas das nossas violências sofridas são porque nós permitimos, e dá alguns exemplos: como
226 permitir que nos chamassem de ‘louca’, que gritem conosco, que haja assédios moral, sexual, permitindo a
227 dominação, de má conduta do ofensor/agressor, começando então a abalar psiquicamente. E ao iniciar esse
228 abalo, inicia-se a instalar o medo, síndrome do pânico, emagrecimento, sentimento de menos valia e achar-se
229 na loucura, e que é a culpada do problema. Esta questão trabalhada não é em quatro ou cinco atendimentos,
230 mas sim em vários; uma vez na semana, 50 minutos, não tendo como saber a duração dos meses de
231 atendimento, sendo esse tempo o tempo de cura da alma daquela mulher; isto dentro de, às vezes, um ano,
232 um ano e meio, dois anos, sucessivamente quando ela se sente estruturada, fortalecida e empoderada dos
233 problemas vivenciados. A permissividade é contagiante ao ponto da mulher não conseguir sair da devida
234 situação. Alguns casos a mulher ao sair desse relacionamento entra em outro onde a mesma acaba permitindo
235 mais uma vez os abusos; sendo algo que se repete. Muitas vezes a situação vem se agravando das próprias
236 gerações, como das avós, mães. E os atendimentos tem esse objetivo: trabalhar, resignificar, ajudar a refletir
237 esse problema e entender esses processos que a mulher está sendo acometida. Há situações de violência
238 vivenciada trás o receio no agressor em se sentir perdendo essa mulher, o controle de suas amizades, de não
239 sair de casa, de suas vestimentas, de não permitir que ela visite os seus familiares e isto faz com que ela já
240 esteja passando por um ciclo de violência que se acentua cada vez mais. Muitas vezes o agressor pede
241 desculpas, diz que não irá se repetir e não queria ter agido daquela forma e que acabou perdendo a cabeça,
242 dizendo que ela é a mulher da vida dele e pede que ela precisa o perdoar, e ela o perdoa porque acredita na
243 mudança. Após esse ciclo se vivencia a “lua de mel”, e, quanto tempo durará? Cinco dias, dez dias, um mês?
244 Não sabemos. Mas quando a violência volta, volta de forma muito mais agressiva e onde muitas das vezes,



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

15
245 ocorre o feminicídio. Adentrando nesse assunto, a mulher por sua vez acaba tendo filhos, e precisamos
246 pensar que além da mulher acometida teremos crianças órfãs. Walquíria infere que isso é um problema sério
247 e de política pública, questão da intervenção e todas estas especificidades são trabalhadas, e esse
248 fortalecimento é oferecido pelo Centro de Mulheres e hoje no Paraná o centro de referência estadual está em
249 Curitiba, localizado na Rua do Rosário, nº 144 – 8º andar – Largo da Ordem – Centro; tendo mais 11
250 CRAM's no Estado do Paraná, 11 centros municipais que atendem as mulheres vítimas de violência.
251 Contudo é interessante esclarecer que há outras redes que somam dentro desse trabalho: na chegada da
252 mulher há uma entrevista realizada pela assistente social, onde há um apoio e projetos como a questão da
253 moradia, se há inscrição da mulher em algum programa ou não e se a mesma gostaria e muitas destas
254 gostariam de ter um cadastro na COHAPAR. Por outro lado, há uma parceria com a Universidade Positivo,
255 onde essas mulheres que são atendidas recebem um apoio por meio de projetos para desenvolver a
256 necessidade de uma profissão que ela queira onde os alunos da faculdade junto ao seu professor elaboram
257 projetos para essas mulheres, desde início de custo, a importância, investimento, entre outros. Tudo isso
258 comparado com as nossas questões do dia a dia do mercado de trabalho, havendo também um projeto junto
259 ao MPT-PR sobre a empregabilidade dessas mulheres, pois muitas eram financeiramente dependentes de seu
260 companheiro, namorado, marido e hoje não possuem mais essa dependência e precisam buscar e com a MPT-
261 PR a empregabilidade. Acontece delas estarem lá no mercado de trabalho e são chorosas, com a saúde mental
262 doente, e sua coordenação de emprego de onde está, o seu gestor entra em contato com o Centro, onde vão
263 até o mercado aonde se encontram, auxiliando essa mulher na sua saúde mental, sem deixá-la sem
264 atendimento mostrando que ela é capaz. Também há duas unidades móveis conhecidas como Ônibus Lilás,
265 que são unidades itinerantes que percorrem o Estado do Paraná. Esse veículo contém dois consultórios em
266 cada unidade e a Casa da Mulher. Por onde passa esse ônibus oferece acolhimento no sentido da escuta
267 psicossocial e também jurídica, principalmente para as mulheres trabalhadoras rurais, ribeirinhas, indígenas,
268 negras e qualquer mulher que necessite de orientações. Esses ônibus percorrem o Estado dentro da
269 necessidade de cada município, distrito ou região, sendo um trabalho maravilhoso e além dessa oferta de
270 atendimento, há palestras e orientações necessárias para subsidiar essas mulheres. Walquíria finaliza a
271 apresentação se colocando em disposição e os demais profissionais que tornam esse trabalho possível;
272 informando fazer formação dos técnicos para trabalharem com a justiça restaurativa, trabalhar com os
273 homens que muitas vezes não sabem o que é uma violência psicológica, o que é uma violência patrimonial. E
274 a violência psicológica e moral é uma violência invisível, que não enxergamos e a doença física e
275 patrimonial é aquela em que enxergamos e precisa-se trabalhar a doença que mais está instaurada e é mais
276 doente e problemática. Trabalhar com a mulher vítima é se colocar no lugar do outro. Walquíria trás que
277 possui 38 anos como funcionária no Estado desde o estágio. E dentro desse seu trabalho, um casamento com
278 educação especial e longo de 32 anos, havendo uma separação profissional. No seu segundo casamento,
279 Walquíria buscou sua identificação forte, ocorrendo há seis anos. Walquíria expõe um testemunho pessoal,
280 informando que também sofreu violência, sendo ela uma pessoa acometida de violência desde a tenra
281 infância aos seus nove anos de idade e como temos nesta plenária a Delvana, colega e amiga, sabe-se que a
282 criança quando acometida por qualquer violência interfere seu cognitivo e esse foi o seu caso, na questão da
283 linguagem e na questão da leitura onde aos nove anos de idade não conseguia mais ler, pois a violência que
284 recebera foi muito grande, onde a ameaça era 'Se você falar cortarei sua língua'. E passaram-se anos onde a
285 psicologia não conseguiu ajudá-la, nem que ela se limpasse dessa monstruosidade que é a violência. Passou
286 por muitas terapias e nada melhorava. Nos seus anos estudantis eram passados apenas por conselho de classe
287 devido a sua dificuldade. Até seus oito anos de idade sua linguagem era fluente, mas após a violência,
288 estagnou. Fez terapias, parapsicologia e tentando por 22 anos de terapia não conseguia limpar-se dessa
289 situação. A partir do momento que entrou na área da violência doméstica e familiar onde começou a trabalhar
290 as violências dessas mulheres, Walquíria conseguiu colocar para fora o que estava lhe incomodando; por 48
291 anos sofrendo por guardar a violência sofrida por um tio que não se podia falar pra ninguém, sendo hoje
292 outra pessoa, restaurada; enquanto enfrentava a violência de outras mulheres conseguiu trabalhar a sua e
293 quem a despertou foram outras mulheres e por isso sua causa hoje é muito forte por elas, pois sabe
294 exatamente o que ocorre e o que acontece como o medo, a frustração, a aceitação, o medo de ver o outro,

295 medo da convivência. Walquíria deixa o convite ao pleno para visitar o Centro de Referência e conhecer o
296 Departamento da Mulher situado na SEJUF, 6º andar, Ala A, agradecendo e desejando ter contribuído e
297 trazido informações a mais ao comitê, informando estar dispostos a atender a mulher em situação de rua.
298 Delvana digita no chat parabenizando a Walquíria pelo trabalho. Dulce agradece a gentileza da participação
299 de Walquíria que envolveu-nos com toda essa temática e diz que ela está aberta a perguntas. Taisa se
300 manifesta agradecendo a Walquíria pela apresentação e perguntou como se daria essa proposta de trabalho
301 junto do CRAM com as mulheres em situação de rua, como a proposta pode chegar a esse público alvo,
302 sobre o projeto em andamento e como ocorrerá esse trabalho; Dulce responde que desde o começo deste ano,
303 através do CIAMP RUA/PR, tínhamos a proposta de atender a mulher em situação de rua e construímos então
304 o cartaz “Do Ventre a Rua” com a ideia vinda também do Sr. Leonildo (MNPR) para tentar direcionar os
305 assuntos desse ano para a mulher em situação de rua e a mulher grávida em situação de rua, mediante o
306 ocorrido de uma mulher em situação de rua ter dado a luz na calçada, e assim foi desenvolvido o cartaz,
307 evidenciando as violações e violências sofridas pelas mulheres em situação de rua. Dulce continua
308 lembrando que por conta desse cartaz lançado na semana do dia 19 de agosto (Dia da Luta da População
309 em Situação Rua), o CIAMP Rua nacional convidou o Paraná para fazer uma apresentação em reunião
310 nacional do comitê, querendo saber o histórico e como foi que chegamos a pensar em elaborar esse cartaz.
311 Hoje esse material está solicitado a SEJUF para impressão, e sendo o mesmo impresso poderemos distribuir.
312 A partir então, dos cartazes e com a fala do comitê nacional, a Walquíria fora enviada por Deus com essa
313 proposta maravilhosa de atender a mulher em situação de rua, e, conforme explicado na reunião anterior,
314 Dulce começou a se questionar como conseguiríamos alcançar essas mulheres, pensando inicialmente no
315 Observatório e encaminhá-las dali, ou mesmo através da Grace, diretora do Departamento da População em
316 Situação de Rua de Curitiba, e conversando com a Grace, a mesma concordou sugerindo encaminhar as
317 mulheres que são acolhidas que estão em situação de rua para o atendimento se elas quiserem, sendo
318 realizado um trabalho no departamento com as acolhidas e aquela que entender e quer ser atendida a
319 prefeitura então encaminha e desloca essa mulher para o CRAM e ali ela será atendida pelos profissionais do
320 CRAM, conforme explicado pela Walquíria, ela será atendida conforme o necessário e prescrito pelo
321 profissional que for atendê-la. A atribuição da prefeitura é encaminhar essa mulher todas as vezes que for
322 agendada a consulta, o departamento da FAS ficará sabendo e providenciará o deslocamento da mulher para
323 ser atendida. O documento que está tramitando, é o termo de cooperação técnica, sendo que não tem previsão
324 de financiamento entre as partes, pois o CRAM já existe e funciona, os profissionais se encontram no local e
325 a prefeitura já possui o público atendido, sendo uma parceria de cooperação técnica entre os órgãos SEJUF,
326 através do Departamento da Mulher e CRAM, e a Prefeitura de Curitiba através da População em Situação
327 de Rua e os acolhimentos, com a articulação realizada pela Divisão da Política da População em Situação de
328 Rua da SEJUF. Taisa responde que era essa informação mesmo que precisava compreender e esse
329 envolvimento com a sociedade civil é muito importante, como através do Observatório, Mãos Invisíveis,
330 além da FAS e prefeitura, e espera que, com o tempo, esse trabalho vá para outros municípios onde possuem
331 o CRAM. Taisa pergunta se haverá uma meta de mulheres em situação de rua que querem atender e
332 Walquíria a responde que de início já atenderam mulheres em situação de rua que vieram por meio do
333 hospital de clínicas, uma delas ficando oito meses sendo atendida e outra um ano e dois meses, e tudo
334 depende do fluxo de mulheres que virão. Os termos desse projeto estão em tramitação e os alinhamentos
335 serão estabelecidos com quantas pessoas poderão ser atendidas e depende da quantidade de psicólogos sendo
336 hoje quatro. Está para ser criada a Secretaria Estadual da Mulher, no próximo ano, e possivelmente isto será
337 pautado com a Gestora da secretaria, apresentando a ela o Centro de Referência e a possibilidade de
338 ampliação do corpo técnico e esse fluxo de atendimentos serão muito importantes, pois até a qualidade do
339 serviço a ser prestado e o respeito pelo tempo de atendimento. Hoje na região metropolitana existem: os
340 Centros de Referência em Pinhais e Araucária. Também em Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Foz do
341 Iguaçu, Umuarama, Sarandi, uma coordenadoria em Ivaiporã e Guarapuava; em todos esses municípios
342 também temos a população em situação de rua. Então neste momento iniciamos em Curitiba e tendo êxito,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

20
343 ampliamos aos municípios. Walquíria salienta que essa mulher precisa ser escutada e as mulheres são vítimas
344 três vezes mais: por ser mulher, por misoginia e por ser idosa e as mulheres em situação de rua também
345 sofrem essa três violências. No caso da idosa, muitas vezes, a própria família abandona e ela vai para a rua e
346 se isso ocorre também precisa ser trabalhado. Dulce frisa que tudo foi muito bem explicado pela Walquíria e
347 temos que nos lembrar da gestante em situação de rua que é muito grave, doentes mentais, as que fazem uso
348 de substâncias psicoativas que estão em tratamento ou não, então são várias facetas que temos da mulher em
349 situação de rua. Taisa mostra seu contentamento por essa reunião, pois isso já tem sido visto a um tempo e
350 conversando com o Núcleo da Mulher da DP foi explicado que a mulher em situação de rua não tinha sido
351 incluso no plano estadual para as mulheres. Taisa espera que dê certo este projeto e compartilha que a DP
352 tem um projeto para a regularização de guarda para mulheres grávidas em situação de rua ou que por ventura
353 já tenham um bebê e se é trabalhado na Prefeitura de Curitiba através de assistentes sociais e psicólogos com
354 o consultório na rua e em todo poder público e da sociedade civil para que as mulheres possam ficar com
355 seus bebês ao nascerem, sendo este um projeto bem forte que tem histórico na DP. Dulce infere que como
356 órgão estadual precisamos entender que tudo o que formos fazer devem ser conforme os trâmite legais,
357 dentro da tramitação interna e ficamos muito sensibilizados de quando nos abrimos para entender as
358 dificuldades de outras pessoas conseguimos entender as nossas e esse cuidado é algo com tanta beleza.
359 Walquíria comenta que algumas mulheres ao receberem alta não querem terminar o tratamento, havendo uma
360 necessidade como se fosse um apego e muitas vezes elas retornam para quererem compartilhar, quando
361 voltam a se sentirem valorizadas e é preciso se colocar no lugar delas e entender como chegaram a viver essa
362 violência e o que ocorreu dentro daquele núcleo familiar. Dulce lê as perguntas do chat onde a Patrícia T.
363 menciona que o trabalho é importantíssimo e de qualidade a parabenizando e pergunta se os CRAMs fazem
364 toda interlocução com CREAS e serviços na assistência que fazem toda interlocução com as mulheres em
365 situação de rua, a Giovana agradece e pergunta Walquíria se há algo que impossibilite os atendimentos ou o
366 limite e se os atendimentos serão das profissionais de psicologia ou integrado com demais setores da
367 prefeitura. João Victor agradece a Walquíria e se apresenta, também pergunta como seria o contato com a
368 PSR como seria a percepção por ser um assunto delicado com relação às doenças mentais pela mulher e em
369 questão de gênero, da idade, e como se dá esse aprofundamento em questão de assuntos específicos da rua,
370 considerando que na rua há aspectos de violências que para nós domiciliados possam passar despercebidos
371 como a misoginia e machismo as vezes passam despercebidos, como é o preparo em relação a população em
372 situação de rua neste sentido de como é essa realidade e entendimento sobre essas nuances. Walquíria inicia a
373 responder os questionamentos, a começar por João Victor explicando que com a chegada das mulheres em
374 situação de rua, que a sua porta de entrada é o Centro de Referência onde receberá o atendimento e passará
375 por uma entrevista com a assistente social e da assistente social ela é encaminhada para o atendimento
376 psicológico e de acordo com o que ela trás é trabalhado. Os psicólogos possuem textos reflexivos, sabendo a
377 importância desta mulher como pessoa, o que ela está sofrendo, a importância do que ela passa; pois em
378 alguns casos elas consideram a violência algo tão comum, como por exemplo, dizer “*minha amiga apanhou*
379 *e fui defendê-la e também apanhei*”, e é trabalhado isso com ela, buscar saber por que elas apanham, se os
380 agressores haviam consumido bebida alcoólica; e essas situações acabam sendo trazidas pelas próprias
381 mulheres. Muitas situações estão tão encobertas, tanto desse meio, tanto do que antecede a sua ida para a rua,
382 dentro desses contextos que são trabalhados. Walquíria frisa a importância dos CRAMs e a importância dessa
383 voz e dessa escuta humanizada. Ao chegar à mulher já trás essa bagagem e é necessário algumas vezes uma
384 avaliação e intervenção psiquiátrica e pode ser recorrido ao CREAS e ao CRAS verem o que ocorre com
385 essa mulher naquela região e a necessidade de acesso à moradia. Esse é um trabalho em rede que muitas
386 vezes a mulher precisa ser retirada da rua e o aluguel social vem pra dar esse suporte e ela vai para o aluguel
387 social e a empregabilidade começa a acontecer. Hoje temos mulheres que estavam em situação de rua e
388 foram empregadas e saíram do aluguel social, sendo uma questão de encaminhamento de posto de saúde, o
389 CRAS irá ajudar, ou sendo uma questão com a necessidade de auxílio moradia, há essa intermediação. Por
390 isso a importância de termos os profissionais envolvidos, os técnicos envolvidos, sendo eles os médicos,
391 assistentes sociais, psicólogos, e até encaminhamento para a educação de jovens adultos, acontecendo então
392 à escolarização ou alfabetização, e essa troca de estar junto com as instituições é muito importante. Algumas

393 vezes ocorre de recebermos convites para participar de audiências públicas pelo MP sendo muito importante
394 essas psicólogas serem ouvidas quanto aos acompanhamentos, à frequência dessa mulher aos atendimentos,
395 qual é ponto de vista. João Victor concorda o quanto é importante esse trabalho em rede e que precisamos
396 entender a situação de rua como problema estrutural e não apenas do indivíduo e as vulnerabilidades são
397 ampliadas quando se está em situação de rua e todas as situações que uma mulher pode passar domiciliada
398 nas ruas é mais agravante ainda, como os casos de mulheres em situação de rua que preferem permanecer
399 num relacionamento sem afetividade para não sofrerem abusos sexuais de outros. Ele pergunta como se
400 lidaria então com a violência estrutural da não propriedade, do não pertencimento, se há algo a ser feito.
401 Walquíria o responde que existe uma providência sobre isso que é a preparação de sua equipe que estuda
402 muito e são cobrados desse afincado ao estudo e em pesquisas, buscando capacitação fora, e além de psicóloga
403 a Walquíria menciona que é perita, fazendo estágio em São Paulo na questão da perícia na área criminal,
404 estagiando na Praça da Sé, onde há muitas pessoas em situação de rua, e é uma vivência contagiante. Então a
405 equipe está preparada profissionalmente, cada qual dentro de seu profissional, não somente formação
406 universitária, mas formação diária, e cada caso exige um estudo diferenciado, como a síndrome de burnout,
407 depressão, sentimento de menos valia. Isso precisa ser sempre pesquisado, pois há a existência de
408 sentimentos diferente de pessoa pra pessoa, questões afetivas, medo do novo, enfim, cada caso exige um
409 estudo e discussão do caso, não podendo generalizar que todos tenham o mesmo problema. Reforçar ao teu
410 profissional a buscar o estudo, pois o conhecimento dará suporte. João Victor agradece e acrescenta que
411 quando falamos de violência estrutural é muito fácil olhar a violência que o indivíduo sofre e não olhar em
412 que a estrutura daquela sociedade impede a violência, sendo situações complexas, não somente o tratamento
413 clínico, mas se pensar nas violências que acabam sendo muito maiores que os próprios indivíduos. E o olhar
414 clínico somente não se torna o suficiente; olhar para a população em situação de rua é ver que eles já vêm de
415 violências antes de estar nessa condição, e independente de gênero, mas há uma potencialização, e o preparo
416 é especial não só para as nuances que a mulher e o idoso sofrem, mas também pertencentes a população em
417 situação de rua, como uma violência, uma desestruturação, um incapacidade de se sentir pertencente a um
418 local e a ter uma realidade diferente à partir do momento que entra em situação de rua. João diz que gostaria
419 muito de visitar o local. João complementa que não podemos revitimizar a vítima e as dores são cíclicas e é
420 preciso mudar esses contextos para que se interrompam. Walquíria acrescenta que o espaço do CRAM é um
421 espaço seguro, ficando no 8º andar, com monitoramento de câmeras e cada vez que a vítima chega tem-se a
422 portaria do prédio, tudo é filmado, onde o porteiro avisa a chegada da paciente, e ao recebê-la há uma porta
423 de vidro que se é aberta e fechada a chave, o monitoramento e a segurança são muito importantes. Nesse
424 prédio aproximadamente mil pessoas passam por lá diariamente e mesmo com controle pode ocorrer do
425 agressor entrar no prédio, por isso a importância de ter a segurança, não ocorrendo até o momento nenhum
426 fato. Continuando as respostas das perguntas, Dulce responde a pergunta do chat, questionando se houve
427 conversas com os representantes do MNPR e diz que como estamos iniciando com o CRAM
428 institucionalmente fazendo o movimento inicial e na continuidade conforme êxito estaremos ampliando e
429 conforme explicado por Walquíria, há onze municípios que fazem esse atendimento, haverá ampliação.
430 Começando então com o comitê e de forma institucional, conversado na reunião do mês de outubro e nesta
431 reunião por enquanto. No chat algumas perguntas foram levantadas, as mesmas já respondidas anteriormente,
432 tendo o pedido de João Victor de poder acompanhar esses atendimentos e de como funcionará o fluxo dos
433 atendimentos e menciona que na aproximação inicial poderia acontecer a Mãos Invisíveis e MNPR para
434 potencializar a qualidade de trabalho. Francieli digita no chat também que em Ponta Grossa há o CRAM e
435 pergunta se há algum planejamento do Estado implantado para a mulher vítima de violência em outros
436 municípios e se para quais municípios esse projeto pode ser implantado, como municípios de pequeno,
437 médio e grande porte. Walquíria responde que o fluxo foi proposto no projeto de trabalho e está em análise.
438 Dulce explica que no termo de cooperação técnica foi identificada a atribuição dos órgãos, o CRAM irá fazer
439 o atendimento e a Prefeitura irá encaminhar a mulher em situação de rua que aceitou o atendimento, levando-
440 a até o CRAM e levando-a em retorno ao acolhimento, da mesma forma que fazem em consultas médicas;



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

25

441 isso por terem receio que a mesma se perca no trajeto por causa do endereço. Essas informações constam no
442 termo de cooperação técnica. O CRAM atenderá de acordo com a disponibilidade dos profissionais e as
443 prescrições que o profissional der para o paciente. Patrícia toma a palavra e concorda que realmente a
444 demanda segue conforme a prescrição do profissional. João Victor diz no chat que sendo um movimento
445 inicial é importante a aproximação com o MNPR. Dulce concorda, como também é importante a todos os
446 membros do CIAMP, e informa que o MNPR é membro do CIAMP, e a eles são enviados todos os
447 documentos, as pautas e memórias das reuniões. Francieli no chat questiona se há a intenção de implantação
448 de CRAM's em quais municípios, se há esse planejamento e Walquíria explica que os CRAM's vão depender
449 do município, pois possui sua autonomia de querer criar o seu programa e o Estado não pode fazer o
450 gerenciamento dentro do município e fica para cada um ver se a demanda é grande de casos, o que ocorre
451 naquele local e os casos que chegam ao CRAS e ao CREAS, ou mesmo que vai até a Secretaria da
452 Assistência Social e cada município vai verificar a importância de ter um CRAM, inclusive a questão técnica
453 desses profissionais também, o município tem psicólogos, jurídico, um administrativo, advogado para
454 realizar essas orientações, então cada município fará esse suporte. Terminada a apresentação da técnica, não
455 havendo mais dúvidas dos presentes, Dulce agradeceu a presença da palestrante, e seguiu para o próximo
456 ponto de pauta. **06. Relatório geral de atualização sobre o Processo de Eleição CIAMP 2022:** Relatório
457 apresentado por Angélica com as Ligações aos ERs e seus respectivos retornos de como estava à resposta da
458 sociedade civil para os ERs nesta Eleição. Angélica explana a planilha, ER por ER, com os nomes dos
459 técnicos, representantes e chefias e, que o fora conversado com cada um. Iniciado contato através de ligação
460 telefônica aos ERs para lembrá-los do período de inscrição e disponibilizar-nos para quaisquer dúvidas. As
461 datas das ligações foram: 01/11/2022, 03/11/2022, 04/11/2022 e 07/11/2022, alternando os municípios e
462 tentando de forma igual comunicar com todos. Em suma, nenhuma inscrição fora realizada até a data desta
463 reunião, embora algumas instituições mostrassem interesse. Analisado que a maior resposta dos ERs fora não
464 terem recebido respostas. Solicitado aos ERs para continuarem sensibilizando-os. Angélica finaliza sua fala.
465 O pleno se manifestou em fazer uma força tarefa para reforçar as vagas e divulgar, considerando postergar a
466 data final para a recepção de inscrições das instituições nos ERs para o dia 16 de novembro de 2022, isto
467 devido a feriados e por não termos recebido inscrições até esta data, não prejudicando o cronograma, e,
468 conforme o Edital 001/2022, Art.29, há a possibilidade de realizar mudanças no calendário no caso de
469 inscrições insuficientes para preenchimento das vagas; sugerido então por Giovana Kucaniz postergar a data
470 de recebimento das inscrições para o dia 16 de novembro de 2022, alteração **aprovada pelo pleno**.
471 PROPOSIÇÃO 008/2022 sobre a alteração de data > **Aprovada. Informes SEJUF;** sem informes. **08.**
472 **Informes de Membros e gerais:** sem informes. **09. Encerramento:** Dulce se despede e deseja uma
473 excelente semana a todos. Os demais se despedem. Memória lavrada por Angélica Rein e revisada por Dulce
474 Darolt.